

Costurando sonhos nos entrelaçamentos da profissionalização, da rede de cuidado e do upcycling de resíduos têxteis pós-consumo

Sewing dreams in the interweaving of professionalization, care networks, and the upcycling of post-consumer textile waste

Lucilene Mizue Hidaka¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3381-1083>

DOI: <https://doi.org/10.26563/dobras.v19i47.2025>

[resumo] Este artigo reflete sobre a atuação do Instituto Costurando Sonhos, um espaço de profissionalização de costureiras, que atende mulheres em situação de vulnerabilidade social na comunidade de Paraisópolis, na cidade de São Paulo. Metodologicamente, o estudo baseia-se em abordagem qualitativa, utilizando fontes bibliográficas, documentais, entrevistas, observação e pesquisa participante. Analisa-se a atuação do Instituto a partir de três pilares interligados: 1) capacitação técnica em costura; 2) criação de uma rede de cuidado comunitário, especialmente para mães solo; e 3) implementação de um modelo de negócios baseado no *upcycling* de resíduos têxteis pós-consumo de grandes empresas. Os resultados revelam contradições inerentes a atuações dentro de um sistema capitalista e patriarcal. Por exemplo, o *upcycling* enfrenta desafios por seu tempo de produção e custo, frente a um mercado orientado pela lógica do mais rápido e mais barato, demandando assim, um amplo processo educacional sobre a responsabilidade para a sustentabilidade. Outro aspecto é que a costura se apresenta como prática ambivalente: por um lado, reproduz estruturas capitalistas e patriarcais; por outro, torna-se instrumento de agenciamento para as mulheres, de confiança, cuidado comunitário e independência financeira. Conclui-se que o Instituto se consolida como uma iniciativa à frente do movimento de mulheres em busca de autonomia financeira e autoestima, assim como por uma moda mais ética e sustentável, na medida em que projeta futuros alternativos. Em suma, mesmo com contradições que o próprio sistema impõe, trata-se de uma perspectiva de resistência aos paradigmas vigentes.

[palavras-chave] **Costureiras. Trabalho. Moda. Cuidado Comunitário. Upcycling.**

¹ Doutoranda em Design (FAUD/USP). Mestra em Têxtil e Moda (EACH/USP). Docente na graduação do Instituto Europeo di Design (IED/SP) e no curso de pós-graduação “Moda e Sustentabilidade”, do Centro Universitário Belas Artes. lucihidaka@usp.br. <http://lattes.cnpq.br/3811101890511610>

[abstract] This research article reflects on the work of the Instituto Costurando Sonhos, an organization dedicated to the professional development of seamstresses from the Paraisópolis community in São Paulo, Brazil. The study employs a qualitative methodological approach, drawing upon bibliographic sources, documentary evidence, interviews, observation, and participant research. The Institute's initiatives are analyzed through the lens of three interconnected pillars: 1) technical training in sewing skills, 2) the creation of a community care network, particularly for single mothers, and 3) the implementation of a business model centered on upcycling post-consumer textile waste from large corporations. The findings reveal inherent contradictions within the Institute's actions, situated within a capitalist and patriarchal system. For instance, the upcycling process faces challenges due to its production time and cost, which clash with the market's demand for faster and cheaper goods. This underscores the need for a comprehensive educational process to foster greater responsibility and commitment to sustainability. Additionally, the study identifies sewing as an ambivalent practice. On one hand, it can be seen as reproducing the very capitalist and patriarchal structures that marginalize women. Conversely, it also serves as an instrument of empowerment, fostering trust, community care, and financial independence among the participants. In conclusion, the Instituto Costurando Sonhos emerges as an initiative at the forefront of the women's movement, pursuing financial autonomy, self-esteem, and a more ethical and sustainable fashion industry. Despite the contradictions imposed by the systemic constraints, the Institute represents a perspective of resistance against prevailing paradigms, projecting alternative futures.

[keywords] **Seamstresses. Labor. Fashion. Community Care. Upcycling.**

Recebido em: 05-01-2026.

Aprovado em: 11-06-2026.

Introdução

A análise histórica demonstra que o trabalho da costura não constitui uma atividade neutra, mas um campo onde se entrelaçam relações de poder, demarcações de gênero, raça e classe. O patriarcado operou não apenas na hierarquização das mulheres em relação aos homens, mas também instituiu gradações de valor entre as próprias mulheres, categorizando-as e imobilizando-as por meio de seus corpos, vestimentas e funções sociais (Souza, 2019). Esse processo culminou numa invisibilização sistemática que buscou apagá-las enquanto sujeitos históricos plenos na história da moda, do design e das artes (Buckley, 1986). Nesse contexto, o patriarcado atribuiu às mulheres um conjunto específico de habilidades, como paciência, atenção à aparência e à decoração, naturalizando sua incumbência em atividades como a costura, o bordado, a tecelagem e a cerâmica. Observe-se então, que essas ocupações foram enquadradas como “práticas da domesticidade”

(Buckley, 1986), e foram essencializadas como inerentemente femininas, num movimento que as deslocou para o âmbito privado e, portanto, desvalorizou economicamente um vasto espectro de saberes e fazeres das manualidades (Maleronka, 2007). Com essas observações em mente, é possível afirmar que o significado social da costura varia conforme o contexto histórico, geográfico e a posição social de quem a executa (Souza, 2019). Exemplos, como observa Perrot (2017, p. 171), podem ser encontrados na iconografia que consagrou o arquétipo da mulher que se mantém sentada, sozinha, no espaço doméstico, “eterna Penélope”, dedicada a uma tarefa repetitiva e íntima, representada na pintura “Garota na máquina de costura” (1921), de Edward Hopper.

Contudo, a aparente uniformidade nos significados do trabalho associados ao feminino esconde profundas disparidades. Para as elites, os trabalhos manuais representavam um “refinamento de gestos e respeitabilidade”, um adorno à condição feminina, “no conhecimento das boas maneiras e no aperfeiçoamento das prendas domésticas” (Maleronka, 2007, p. 47). Para as mulheres das classes populares, a agulha e a linha configuraram, frequentemente, uma das poucas vias possíveis de conciliar a geração de renda às obrigações domésticas e ao cuidado da família (Maleronka, 2007). No contexto da história do Brasil colonial, este panorama era ainda mais complexo e marcado pela violência racial. As senhoras brancas costuravam para suas famílias e, às vezes, secretamente, para ganhar algum dinheiro. Assim, também delegavam às mulheres negras escravizadas a produção têxtil; e às chamadas de “mulatas” (Domingues, 2016), — categoria criada para estabelecer hierarquias de poder (Gonzalez, 1984) —, as tarefas de venda nas ruas. Costurar para a família integra, desse modo, a esfera mais ampla do trabalho de cuidado que, conforme Fisher e Tronto (1990), é o conjunto de atividades necessárias à manutenção da vida e do bem-estar, majoritariamente realizadas por mulheres, não remuneradas e socialmente invisibilizadas. Na síntese proposta por Federici (2017, p. 182): “se uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de ‘trabalho doméstico’ ou de ‘tarefas de dona de casa’, mesmo se as roupas não eram para a família”.

Outro aspecto a analisar sobre as ambivalências do ofício da costura é apresentado por Saffioti (1981), no contexto da industrialização brasileira da década de 1960, quando se percebeu que a mecanização facilitava algumas tarefas domésticas, mas introduzia contradições na esfera produtiva. A autora evidencia que o desenvolvimento da indústria têxtil, naquele momento, excluiu as mulheres ao priorizar mão de obra masculina qualificada para operar e manter máquinas. Ainda, a sobreposição da condição operária e feminina, ou seja, a dupla jornada (trabalho produtivo e reprodutivo) impôs um cotidiano extenuante às mulheres. Essa realidade foi agravada pela discriminação de gênero e classe, tornando-as mais vulneráveis à exploração. A autora questiona a perpetuação desse status quo e aponta a necessidade de mobilização social conjunta para superar essas desigualdades. Acrescenta que a organização capitalista e patriarcal da sociedade mantém as mulheres em posição de desvantagem, exigindo transformações estruturais para garantir sua real emancipação.

A história de explorações e invisibilizações não ocorreu sem resistência. Apesar de ter sido imposta como uma função doméstica e um instrumento de confinamento, a costura também se tornou um veículo de agência feminina. Por meio deste ofício, “as mulheres produzem cultura” (Maleronka, 2007). Afinal, saberes são transmitidos entre gerações – de mãe para filha, de avó para neta –, tecendo redes de apoio, solidariedade e uma construção social

do conhecimento que desafia, em sua prática cotidiana, a narrativa da imobilidade. A costura, portanto, situa-se no entrelaçamento entre a reprodução social, imposta pelas estruturas capitalistas, colonialistas e patriarcais, e a possibilidade de agência, resistência e autonomia. Vale destacar que, no campo delimitado pelas reflexões aqui apresentadas, a costura não é analisada enquanto expressão cultural, no campo da moda ou setor econômico criativo, mas sim enquanto paradigma do trabalho reprodutivo e da expropriação dos saberes femininos no contexto capitalista e patriarcal, que domestica, mas que tem potencial libertador.

Neste artigo, temos como estudo de campo o Instituto Costurando Sonhos, localizado em Paraisópolis, um território de contradições socioespaciais por estar localizado no distrito do Morumbi, um dos mais ricos da cidade de São Paulo. Uma área de extrema riqueza coexistindo com território de alta vulnerabilidade social (Machado, 2019). O Instituto Costurando Sonhos é um núcleo de profissionalização de costureiras que tem como objetivo capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social, das quais muitas sofreram violência doméstica, oferecendo-lhes não apenas uma qualificação técnica, mas um caminho para a independência financeira e a autoestima. O Instituto não se limita a ensinar um ofício, mas também compõe e reconfigura relações de trabalho associadas à produção de moda para a sustentabilidade, por meio do reaproveitamento de resíduos têxteis, intrinsecamente ligado a questões de gênero no contexto histórico.

Este trabalho é um desdobramento de questões que emergiram de minha dissertação de mestrado, defendida em 2023. O contato com o Instituto Costurando Sonhos permanece até hoje, outubro de 2025. Metodologicamente, o trabalho foi realizado com uma abordagem qualitativa baseada em observação direta e pesquisa participante, com pesquisa em fontes bibliográficas e documentais, além de entrevistas com as fundadoras, gestoras, costureiras e alunas do Instituto. Na observação direta e na pesquisa participante, realizei visitas às instalações do Instituto Costurando Sonhos e facilitei oficinas de *upcycling* a convite do Instituto, permitindo o entendimento dos espaços de formação, da confecção, da dinâmica de trabalho e de algumas lacunas. Já a análise documental foi realizada por meio de consulta a materiais de comunicação do Instituto como redes sociais, website, assim como matérias e vídeos jornalísticos. Por sua vez, as entrevistas² demonstraram diferentes trajetórias de vida, motivações, desafios, desejos futuros, percepções sobre o trabalho e a formação. O referencial teórico dialoga com autoras e autores de diversos campos como os de estudos de gênero e mundo do trabalho (Saffioti, 1981; Federici, 2019), questões sobre o cuidado (Kergoat, 2009; Hirata e Kergoat, 1994), pedagogia crítica (Freire, 2019; hooks, 2013) e sustentabilidade na moda (Fletcher e Grose, 2011). Vale ressaltar que invocar a perspectiva de Federici (2019), bem como a da pesquisadora brasileira Saffioti (1981), implica alinhar-se a uma crítica feminista marxista que conceitualiza a atividade da costura como um campo de batalha histórico pelo controle do trabalho, dos corpos e da autonomia das mulheres.

O artigo estrutura-se da seguinte forma: após esta introdução, apresento o exemplo de como a costura pode oferecer encontros de mulheres, culminando em processos de autonomia e politização contra as injustiças sociais. Na sequência, apresento a pesquisa realizada no Instituto, o processo de profissionalização e as práticas que compõem a rede de

² Entrevistas realizadas nos anos de 2022 e 2023.

cuidado, em especial com as mães. A seguir, abordo o *upcycling* como prática para sustentabilidade, econômica e educacional, desempenhada pelo Instituto, mas que também possui seus processos antagônicos. Por fim, apresento as considerações finais, destacando as contribuições para o debate contemporâneo sobre a contradição do ofício da costura na vida das mulheres, junto à reprodução social e mundo do trabalho.

Entre costuras e encontros de mães

A atuação feminista pode ocorrer por meio de diversas estratégias. Para além da participação em organizações, uma das formas mais reconhecidas de atuação política, vale destacar que a educação nos espaços cotidianos – como o lar, a escola, o bairro e a comunidade – também representa uma via significativa de intervenção política (hooks, 2018). Tome-se como exemplo, o Clube de Mães da periferia da zona sul de São Paulo que surgiu na década de 1970, especificamente na igreja da Vila Remo, como um espaço de encontros de capacitação que, posteriormente, acabou por ampliar o leque de ações no acolhimento entre mulheres, atividades para melhorias comunitárias e reivindicações de direitos junto ao poder público (Sader, 1988). É interessante observar que, desde os anos 1950, clubes dessa natureza eram promovidos pela prefeitura, por entidades como o Lions Club, instituições filantrópicas ou igrejas, com o intuito de oferecer assistência a mulheres de baixa renda. Nessas iniciativas, mulheres de fora da comunidade ministravam oficinas de costura, bordado, artesanato; e os produtos confeccionados nessas atividades eram comercializados em estabelecimentos especializados sem que houvesse transparência ou repartição equitativa dos lucros com as mulheres assistidas (Sader, 1988). Em seu texto, Sader (1988), descreve uma das mulheres entrevistadas em sua pesquisa:

Ela sabe que essas mulheres eram do Lions Club e que tinham chegado dizendo ao padre que queriam “fazer o bem, alguma coisa pelos outros”. Lembra que elas vinham uma vez por semana, traziam tecidos, traziam lã, traziam tudo que elas podiam imaginar e ainda traziam pessoas para cuidar das crianças enquanto elas se reuniam. Os trabalhos artesanais feitos nessas aulas eram depois vendidos em lojinhas especializadas, em lugares e esquemas que elas desconheciam. A ação de benevolência estabelecia uma tal distância entre assistentes e assistidas que estas mantinham um misto de gratidão e suspeita acerca da motivação das primeiras (Sader, 1988, p. 201).

Essa dinâmica reforçava uma relação assistencialista e vertical, impedindo o diálogo e mantendo as mulheres da zona sul em situação de passividade, sem um discurso de emancipação ou consciência crítica de sua realidade (Freire, 2019). Ao refletirem sobre essa situação sob orientação de um padre que as acompanhava nos projetos, as mulheres do Clube de Mães da zona sul decidiram se “organizar por elas mesmas”³, adquiriram

³ Depoimento colhido pelo Grupo de Educação Popular da URPLAN - Instituto de Planejamento Regional e Urbano da PUC-SP para a Rede Mulher in: SADER, Eder. Clubes de mães da periferia sul in: Quando novos personagens entram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 1988.

autonomia e transcenderam seu caráter inicial, transformando-se em um espaço de acolhimento, solidariedade e mobilização política, evoluindo para o que se tornou o Movimento do Custo de Vida (Sader, 1988). Assim, as mulheres envolvidas passaram a contestar a exclusão social resultante do alto custo de vida, que impossibilitava o acesso a necessidades básicas. A atuação do grupo expandiu-se por meio de visitas domiciliares, articulando o cotidiano privado com a ação política coletiva (Sader, 1988, p. 215). Esse processo dialoga com o conceito de “sororidade” (Fisher; Tronto, 1990) que enfatiza relações de cuidado baseadas na confiança, na não exploração e no apoio mútuo entre mulheres, independentemente de laços sanguíneos ou afetivos prévios. Além disso, como assinala Perrot (2017), historicamente, coube às mulheres a gestão do orçamento doméstico e a responsabilidade pela subsistência familiar, o que frequentemente as levou a protagonizar protestos contra a carestia e a falta de alimentos. Essa dupla face, entre conquista de autonomia e sobrecarga de responsabilidades, evidencia tensões inerentes à divisão sexual do trabalho.

Por meio dos encontros nos clubes, que tinham na costura e no bordado suas atividades iniciais, as mulheres gradualmente adquiriram consciência política e passaram a questionar as injustiças que marcavam seu cotidiano. Perceberam-se como peças fundamentais na reprodução social, responsáveis por garantir as condições que permitiam aos maridos dedicarem-se ao trabalho externo. Como expressou uma participante do Clube de Mães da Zona Sul, Elza, em depoimento coletado por Sader (1988, p. 223): “me sinto mais importante porque assumi um papel diferente. Deixei de ser aquela mulher que só cuidava de casa, dos filhos e costurava para fora para ganhar o pão”. Essa fala sintetiza a transição de uma identidade restrita ao espaço doméstico para uma subjetividade política ativa e coletiva, possibilitada pelas reuniões para trocas de manualidades têxteis e costura. A ambivalência presente no depoimento de Elza também pode ser encontrada no processo de institucionalização do ensino da costura no Brasil. Afinal, a história deste ofício é marcada por contradições, pois, ao mesmo tempo, é uma ferramenta de domesticação e de potencial autonomia econômica e, como vimos, com o Clube de Mães da Zona Sul, na “politização na luta contra as injustiças” (Sader, 1988, p. 221).

O sistema educacional brasileiro historicamente reproduziu os esquemas de gênero, canalizando meninas para percursos considerados adequados, num processo que limitou drasticamente seu potencial de desenvolvimento (Belotti, 1987). Por exemplo, no Brasil da década de 1950, a popularização de cursos de costura, tanto por correspondência como presenciais, disseminou a técnica e, com ela, o “discurso ideológico da costura como ‘coisa de mulher’” (Frasquete e Simili, 2017). A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, representou um marco neste processo. Seu departamento têxtil não apenas formava mão de obra para as fábricas, mas também oferecia cursos de confecção que articulavam o ensino técnico com a “educação doméstica”, buscando conformar as jovens às funções de mãe e esposa. Relatórios da época mostram que disciplinas como matemática e português foram reduzidas e substituídas por aulas sobre serviços do lar (Maleronka, 2007).

Essas concepções sobre o feminino e o trabalho da costura encontraram na propaganda uma aliada poderosa. Frases como “a melhor amiga da mulher é a agulha” (Cinelândia, 1952) e anúncios de máquinas Singer vendiam a ideia de uma independência através do consumo e do trabalho doméstico, prometendo conciliação e renda sem desafiar os espaços tradicionalmente destinados às mulheres. A máquina de costura, assim, convertia a

casa numa “fábrica em domicílio” (Perrot, 2017, p. 182), intensificando a jornada de trabalho feminina sob a aparência de conveniência. As escolhas profissionais das mulheres neste período refletiam um horizonte específico. Pesquisas da década de 1930 mostravam que, entre as profissões almejadas por alunas, predominavam o magistério, a costura e a datilografia, todas extensões do trabalho de cuidado, educação e auxílio doméstico (Maleronka, 2007). Para as mulheres de classe média, o magistério era uma das poucas vias de emprego institucional enxergadas como dignas pela sociedade; para as mais pobres, restavam o trabalho doméstico remunerado e a indústria têxtil, ocupações de “baixo prestígio e remuneração” (Gouveia, 1970).

Em suma, é crucial não ler esta história apenas como uma narrativa de opressão. Como demonstra o relato de Macedo (2021) sobre sua mãe, uma mulher negra que nos anos 1960 usou a costura para pagar seus estudos e conquistar independência, o mesmo ofício que servia à domesticação podia também ser instrumentalizado como ferramenta de autonomia econômica e mobilidade social. A costura e o magistério, embora “selassem de certa forma” um destino socialmente demarcado pelo gênero e raça, também abriram fissuras por onde essas mulheres construíram projetos próprios e desafiaram, dentro de limites estreitos, a independência econômica. Este duplo caráter de reprodução das hierarquias de gênero e de possível via de profissionalização e autonomia, constitui o pano de fundo histórico sobre o qual se desenham as experiências contemporâneas. A seção seguinte analisa, a partir desta ambiguidade, como iniciativas no território de Paraisópolis buscam ressignificar a costura como núcleo de profissionalização coletiva, geração de renda, autonomia feminina e rede de cuidado comunitário.

Costura, maternidade e a rede de cuidado comunitário

Paraisópolis é a segunda maior comunidade de São Paulo, com cerca de 100 mil habitantes (Redação Cria, 2024), dos quais 85% são imigrantes nordestinos, que vieram à São Paulo em busca de melhores oportunidades (Cultura Uol, 2021). Este território pode ser considerado um retrato das desigualdades sociais brasileiras, com uma história e dinâmicas sociais específicas, sua localização no bairro do Morumbi cria um cenário de contrastes visíveis por conta da proximidade entre prédios e mansões luxuosos e as habitações humildes de Paraisópolis. Esta proximidade física do bairro com a riqueza não se traduz em integração socioeconômica, já que ocorre um cenário de exclusão e de falta de acesso a serviços públicos e a oportunidades de trabalho formal para a maioria de seus residentes.

É neste contexto que o Instituto Costurando Sonhos foi fundado, em 2017, para atuar na transformação da realidade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, das quais muitas sofreram violência doméstica. O Instituto está localizado no G10 Favelas, um espaço com diversas iniciativas de negócios, tanto no campo da moda quanto no da alimentação (Castilho, 2021). Com efeito, a iniciativa é organizada de maneira que a população de Paraisópolis possa aprender, ser acolhida e gerar negócios. As fundadoras do instituto, Sueli (presidente) e Nilde (tesoureira), contam que o projeto começou em uma sala de 3m², com cinco máquinas de costura (Castilho, 2021). Hoje, o Instituto conta com uma sala de modelagem e costura onde acontecem as aulas, uma sala com oficina de confecção (Figura 1), sala da diretoria e um espaço de loja com os produtos que desenvolvem e com marcas parceiras. Em 2025, a presidente do Instituto contou que obteve apoio de emenda parlamentar para os

projetos sociais educacionais. Outro apoio é a parceria com o SENAI, que fornece máquinas de costura e a estrutura necessária para a formação das mulheres. O curso tem duração de três a quatro meses, em período integral. As inscrições são realizadas via formulário online, divulgadas no “boca a boca” e pelas redes sociais. Atualmente, já passaram pelo curso mais de 1.600 pessoas. Após o curso de costura, o Instituto oferece dois caminhos principais de geração de renda: a contratação interna, para trabalhar na confecção; e a remuneração por peça, com as mulheres trabalhando em suas próprias casas.

FIGURA 1 – CONFECÇÃO INSTITUTO COSTURANDO SONHOS



Fonte: Foto da autora (2023)

A escolha da costura como eixo central não foi aleatória, conforme explica Sueli, trata-se de um “ofício que não demora muito a aprender” e carrega uma potente “memória afetiva” (Hidaka, 2023), remetendo a saberes tradicionalmente considerados femininos e transmitidos entre gerações. Ela comenta que essa familiaridade geracional e cultural estimula a adesão à atividade, criando um vínculo emocional que facilita o processo de profissionalização. Conforme Sueli e Nilde, a população de Paraisópolis possui limitações no acesso à educação formal, e, por isso, acaba inserida em um mercado de trabalho precarizado, dominado pelo subemprego e pelo trabalho doméstico informal. Atividades que, conforme Kergoat (2009), são caracterizadas pela invisibilidade e desvalorização das mulheres.

A principal barreira identificada pelas fundadoras do Instituto Costurando Sonhos não é pedagógica, mas social. Nilde aponta a “grande evasão” causada pela “situação de vulnerabilidade social” das alunas, que são majoritariamente “mães solo, ou são mães que têm uma vulnerabilidade grande, que tem quatro ou cinco filhos, e tem de levar pra escola” (Hidaka, 2023). De acordo com Nilde, o desafio “é despertar e manter”, pois o curso é extenso “são quatro horas no período da manhã e quatro horas no período da tarde”. Além disso, algumas das alunas já ingressam no curso com habilidades de costura, outras, por sua vez, não possuem experiência. Ao compreender que grande parte das mulheres fazem “bicos” como faxineiras diaristas, há um combinado com a professora de reposições de aulas. Além disso, Nilde aponta outro elemento que torna a situação complexa: trata-se da conciliação com a maternidade. Segundo ela, “quem tem criança, tem o período de aula, mas às vezes, a criança não tem com quem ficar” o que faz com que as mães se ausentem do curso. Conforme Sueli:

É muito difícil para mulher, vida de mulher é punk, né. Ó, você vê, se você não tiver uma rede de apoio, pensa você, que não tem escola de período integral para todo mundo, não sei quanto, mas não deve ter nem para 10% da população. E como você trabalha, como você estuda, se você não tiver uma rede de apoio? É aqui, que as pessoas, muita gente vem com a família inteira, de outros Estados pra cá, mas tem gente que não, né Nilde, tem gente que chega aqui e depois vai trazendo né... então, não tem como você trabalhar (Hidaka, 2023).

Nesse sentido, as fundadoras do Instituto, Sueli e Nilde, reafirmam a certeza de que as ações realizadas por elas precisam da colaboração do Estado. Elas enfatizam que “quem tem o poder de resolver mesmo é o governo, só com políticas” (Hidaka, 2023). Elas salientam a necessidade de escolas em tempo integral para que as mães tenham tempo para se dedicar ao estudo e ao trabalho. Nilde destaca ainda a elevada sobrecarga de trabalho das mulheres junto ao remunerado e não remunerado, de cuidado com os filhos. Há falta de tempo para realizar outras atividades ou para adquirir conhecimentos que possibilitem o acesso a trabalhos menos exaustivos ou inseguros financeiramente. Nilde comenta que elas fazem sua parte como podem, mas que são necessários contraturnos escolares para as crianças, para que as mães possam desempenhar outras funções:

Aqui tem contraturno, mas não é o suficiente, o CEU⁴ tinha atividades, não sei como que é que tá, no CEU tinha atividades, mas o CCA⁵ mesmo que resolve, pra quem consegue, né, que é disputadíssimo. As vagas são limitadas, tipo, não é suficiente para suprir toda a comunidade. Por exemplo, nós tínhamos uma que mais ou menos impactava 5 mil pessoas, porque as famílias, elas são, no mínimo cinco pessoas, mas tem mães que tinham mais filhos, e aí fica, aquelas mães pegam aquelas vagas, porque elas cobram. Elas vão lá colocam os filhos em tudo, mas tem mãe que fica desmotivada, e a criança não vai (Hidaka, 2023).

⁴ Centro Educacional Unificado.

⁵ Centro para Crianças e Adolescentes.

Essas mulheres vivem o que Kergoat (2009) conceitua como “nomadismos no tempo”. Suas rotinas são fragmentadas entre afazeres domésticos, cuidado com os filhos, cursos rápidos e “bicos” como diaristas. Essa rotina de trabalhos temporários, embora permita alguma flexibilidade, representa uma “descontinuidade da própria vida de trabalho” (Guilbert e Isambert-Jamati, 1973), impedindo a dedicação contínua exigida por uma formação profissionalizante. Outro agravante, conforme reflexão apresentada por Cida (Hidaka, 2023), é que muitas das mulheres não têm a possibilidade de serem contratadas por outras empresas porque elas não possuem endereço fixo com CEP. Essa situação demonstra uma compreensão pragmática das barreiras estruturais que impedem o acesso ao mercado de trabalho formal.

Diante desse amplo desafio, o Instituto trabalha com uma concepção que reconhece a mulher como um “ser humano integral” (hooks, 2013), e não apenas como uma aprendiz, priorizando assim, a situação de cada uma delas, colaborando também com sua autoestima. Sueli relatou transformações comportamentais marcantes: “uma das costureiras que chegava no Instituto e nem levantava a cabeça... hoje está até virando blogueira” (Hidaka, 2023). Sueli conta que eventos como a participação do Instituto Costurando Sonhos, no São Paulo Fashion Week em 2019, funcionaram como “divisor de águas” para a autoconfiança coletiva. Conforme Nilde, o próprio ambiente do Instituto Costurando Sonhos já é empoderador. Ela diz que as pessoas chegam “meio derrubadas” e vão se erguendo aos poucos, e acrescenta: “aqui que as pessoas vêm para capacitar, vem todo bonito, porque a sala é bonita, porque o ambiente já vai levantando, só chega meio derrubada, mas meio que a pessoa fica ali...” (Hidaka, 2023).

Algumas histórias ilustram o relato de Nilde, como as de Carla, Maria e Simone⁶. Carla, que se identifica como mulher parda, de 32 anos e é formada em Radiologia, conta que antes de se estabilizar na costura, experimentou funções como folguista em radiologia e auxiliar de classe, além de realizar trabalhos artesanais com MDF, atividade interrompida pela pandemia. Ela conta que sua jornada no Instituto é das 9 horas às 18 horas, com horário de almoço no local. Embora o curso de costura oferecido pelo SENAI, dentro do Instituto Costurando Sonhos, tenha sido seu terceiro, dando-lhe uma base, foi ali que ela consolidou sua segurança. Ela afirmou:

Antes eu era mais insegura, não sabia muitas coisas, hoje não, hoje eu já sei confeccionar, cortar. Não tenho mais aquela dúvida, assim, sabe? Dúvida todo mundo tem, mas não igual antes, aquela insegurança, hoje eu sou mais segura na costura. Hoje eu tenho certeza do que eu quero (Hidaka, 2023).

Sobre o ritmo de trabalho, Carla descreve períodos de maior tranquilidade intercalados com outros mais intensos, como na época da entrevista: “quando chega muito pedido assim, é bem corrido”. Ela elogia o relacionamento com a chefia, descrevendo-a como “bem aberta, tudo à base da conversa. Nossa chefe é muito gente boa ... se tiver alguma coisa errada ela chama a gente pra conversar”. O sonho de Carla é ter seu próprio

⁶ Os três nomes utilizados são fictícios, a fim de preservar a privacidade das entrevistadas.

“ateliêzinho” e especializar-se fazendo “um curso de modelagem pra poder fazer roupa pra pet sob medida” (Hidaka, 2023).

Maria apresentou-se como uma mulher parda, de 50 anos, mãe solo, com dois filhos, de 22 e 13 anos, e migrante que veio do Piauí para São Paulo, em 1997. Sua vida, como narra, tomou rumos difíceis: “casei, me separei, depois casei de novo... e aí as coisas foram tomando um rumo mais diferente e difícil pra mim”. E acrescenta: “Aí hoje eu moro só com meus dois filhos, criei sozinha, moro sozinha, pago aluguel, despesa toda... aí meu filho tá começando a trabalhar, e quem sabe...” (Hidaka, 2023). Atualmente, Maria sustenta a casa com a costura e, embora diga que almeja ganhar mais, complementa que entende que a “base do salário depende muito de tipo, como é que fala, é... depende da loja, do ateliê, de que tipo de costura, se é da alta costura ou se, enfim, mas eu tô satisfeita sim” e finaliza dizendo que está conseguindo se manter. Durante a pandemia, Maria perdeu seu emprego de empregada doméstica. Foi quando uma amiga a indicou para costurar máscaras, sua primeira experiência remunerada no ofício que já praticava de forma amadora desde os 18 anos. Posteriormente, foi chamada para trabalhar no Instituto. Uma das maiores vantagens que encontrou foi a proximidade de sua casa, em Paraisópolis, pois leva 20 minutos a pé, o que contrasta muito com o longo deslocamento de seu emprego anterior. Ela reflete sobre sua rotina e tempo de locomoção do trabalho e destaca que a maior mudança em sua vida foi “não ter de levantar mais cedo, e outra, pra precisar voltar pra casa às pressas, quem tem filho pequeno, né...”. Ela complementa descrevendo a angústia anterior, quando precisava buscar o filho na escola e se sentia com “aquele nervoso, você não consegue chegar, você não consegue arrumar uma pessoa pra pegar”. Em contraste, sobre a nova realidade, Maria afirma que trabalhar perto da casa e da escola facilita sua rotina com o filho: “aqui, não... se acontece alguma coisa, pessoal da escola liga, eu já vou daqui mesmo direto na escola, já resolvo metade da minha vida” (Hidaka, 2023).

Maria descreve sua rotina diária: levanta-se de manhã, toma café, serve o café à filha, que em seguida segue para a escola, enquanto ela vai ao trabalho. Ao chegar, a rotina se inicia imediatamente, com uma correria constante entre múltiplas tarefas, das quais afirma gostar muito. Após o horário de almoço e um breve descanso, retoma as atividades até às 18 horas, quando “para as máquinas”, organizando, por fim, seus pertences para encerrar o dia (Hidaka, 2023). Maria conta que a costura fora de casa, em boa parte de sua vida, foi um obstáculo pela falta com quem deixar o filho mais velho para poder trabalhar. Ela diz que não tinha estudo quando teve seu primeiro filho, mas que “foi preciso vir a pandemia para compreender que queria fazer outra coisa da vida”, e diz que agora não quer mais parar. Ela sonha com o futuro ao dizer: “quero ter meu trabalho em casa, ter bastante cliente, conseguir ter meu capitalzinho, e também, terminar de construir minha casa, voltar para minha terra, o Piauí, e é isso. O meu sonho é esse” (Hidaka, 2023).

O percurso da costureira Simone, de 35 anos, ilustra a trajetória de outras mulheres que encontram no Instituto Costurando Sonhos uma nova oportunidade. Simone estudou até o terceiro ano do ensino fundamental I e foi por meio de uma amiga que soube do curso de costura. Sem experiência prévia no ofício – apenas por um curso anterior que não havia sido suficiente –, Simone afirma que foi ali que realmente aprendeu a costurar, confeccionando “blusinhas, shortinhos, blusinha de gola de padre” (Hidaka, 2023). Seu aprendizado incluiu o manejo da máquina reta e do overlock. Após um estágio, foi efetivada e, à época

da entrevista para esta pesquisa, acumulava dez meses de trabalho. Originalmente do Ceará, Simone mudou-se para São Paulo para resolver a venda de um imóvel e permaneceu na cidade aguardando a regularização de determinados documentos. Mãe de um filho de três anos, seu último emprego registrado havia sido seis anos antes, como atendente em uma pastelaria no Ceará. Sobre o ambiente de trabalho, ela destaca a qualidade do relacionamento com as colegas: “uma ajudando a outra, quando a gente não sabe de uma coisa, a gente pede opinião pra outra. Não tenho o que falar. É bom mesmo” (Hidaka, 2023). Para conciliar a maternidade com o trabalho, ela sai mais cedo para buscar o filho na creche, nutrindo o sonho de um dia retornar ao seu Estado de origem. Esse desejo de retornar como elemento estruturante da experiência migratória destas mulheres e mães, esbarra na precariedade econômica que justamente motivou a migração.

Em linhas gerais, como se pode observar, o Instituto Costurando Sonhos estende sua atuação para além da capacitação e do emprego na confecção, promovendo iniciativas de base comunitária. Tais ações podem ser compreendidas pelo conceito de “redes de reciprocidade”, termo proposto por Guimarães, Hirata e Posthuma (2020) que busca descrever os laços de apoio mútuo da comunidade ou de famílias estendidas. Um exemplo notável dessa faceta na atuação do Instituto ocorreu durante a pandemia de Covid-19, quando, conforme registro em seu Instagram de 28 de abril de 2021⁷, a organização distribuiu 1.600.000 máscaras de tecido nas comunidades atendidas. Outra evidência da amplitude que guia as ações do Instituto pode ser encontrada na campanha “Para além do outubro rosa”, que está em sua quarta edição⁸ no ano de 2025, com o objetivo de doar 10 mil lenços para pacientes em tratamento oncológico em hospitais do Sistema Único de Saúde.

Outro projeto relevante é o “Cabide Solidário, que conforme relato de Sueli (Hidaka, 2023), surgiu da percepção de que muitas candidatas e candidatos acreditam não possuir vestimentas adequadas para uma entrevista de emprego. A solução encontrada foi a criação de um guarda-roupa coletivo. Esse acervo foi formado a partir da doação de uniformes usados de uma empresa de aviação, peças descartadas, mas que possuem tecidos duráveis por não serem de algodão, conforme conta Sueli. A proposta foi reformar essas peças, dando-lhes uma “descaracterizada”, como ela menciona, para que os candidatos possam selecionar trajes e calçados apropriados para a ocasião de alguma entrevista. Finalmente, o que se compreende é que o potencial do Instituto está na articulação da profissionalização da atividade da costura, no enfrentamento das dificuldades da maternidade, construindo redes de apoio e cuidado entre as mulheres e a comunidade.

Upcycling: educação e cuidado socioambiental

Além da profissionalização por meio da costura e da articulação de redes de apoio às mulheres, outra inovação significativa do Instituto Costurando Sonhos situa-se no campo

⁷ Cf. Instagram do Instituto Costurando Sonhos. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CONlqC0H-Z0d/>. Acesso em: 10 out. 2025.

⁸ Instagram do Instituto Costurando Sonhos. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DBJjjCaJE8N/>. Acesso em: 10 out. 2025.

da moda: a integração com a sustentabilidade ambiental por meio da prática do *upcycling*⁹ em escala de resíduos têxteis pós-consumo de grandes empresas. Conforme uma publicação do dia 30 de setembro de 2025, em sua rede social¹⁰, o Instituto já produziu 16.816 peças a partir de uniformes e reaproveitou mais de 8,4 toneladas de resíduos têxteis.

Sueli relata que o Instituto não aceita “doações” de resíduos, mas estabelece uma “venda casada”, ou seja, as empresas contratam seus serviços para transformar uniformes, malotes e outros materiais descartados — de empresas aéreas, do setor energético e bancos — em novos produtos, como bolsas, mochilas, ecobags e roupas (Hidaka, 2023). O processo de trabalho, após a contratação, funciona da seguinte maneira: o Instituto desenvolve peças-piloto, submete à aprova com o cliente, recebe a quantidade exata de material necessário e executa a produção, muitas vezes utilizando a técnica da desconstrução, que consiste em respeitar a história da peça original, mantendo costuras, bolsos e outros detalhes de produção industrial, conforme ilustrado nas imagens a seguir (Figura 2): camisas transformadas em blusa e saia.

FIGURA 2 – *UPCYCLING* DE UNIFORMES



Fonte: Fotos da autora (2022).

⁹ O termo “*upcycling*” foi cunhado em 1994 por um engenheiro alemão (Salvo, 1994) como uma contraposição ao “*downcycling*”. Enquanto este último consiste em estender o ciclo de vida de um produto, porém resultando em uma perda de qualidade e um valor final igual ou inferior; o *upcycling*, por sua vez, agrega valor ao produto, ao incorporar novos conceitos e design.

¹⁰ Cf. Instagram do Instituto Costurando Sonhos. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DP0g-jokjXAV/>. Acesso em: 12 out. 2025.

Cida conta que o público-alvo das pequenas coleções da marca Instituto Costurando Sonhos são, principalmente, as mulheres e que a proposta do Instituto é buscar uma linha “mais atemporal”, ou seja, não necessariamente segue tendências conforme estações ou afins. Ela explica que consegue produzir e atender mais clientes quando trabalha com tecidos novos do que com roupas usadas porque: “é mais barato, né, mas a gente sempre usa tecido de baixo impacto que a gente consegue trabalhar melhor. *Upcycling* é complicado né, porque é caro. Então a gente vai tentando trabalhar um valor razoável”. Também menciona o desafio de criar peças mais elaboradas feitas com roupas usadas: “eu acho que quanto mais design, mais difícil é para o cortador fazer, e nosso cortador ele gosta dessa coisa da sustentabilidade”. Ela complementa que o cortador busca minimizar resíduos no cálculo do tecido, embora ressalte que atingir o desperdício zero seja muito difícil e finaliza expressando o objetivo de “produzir moda para todo mundo, assim como você tem mais recurso possa consumir e quem não tem, também” (Hidaka, 2023).

O Instituto demonstra enfrentar os dilemas inerentes à moda sustentável em relação aos custos e aos valores finais dos produtos. Assim, em consonância com Cida, a presidente do Instituto, Sueli, afirma que o custo do *upcycling* é alto, pois “demanda muito tempo de trabalho” para desmontar as peças. Ela relata que muitas empresas ainda relutam em pagar por esse serviço, preferindo produzir artigos novos, e acrescenta que é necessário um “processo educacional” para clientes e para a própria comunidade, conscientizando sobre os impactos ambientais do consumo e combatendo o estigma associado a produtos reutilizados. Sueli articula em sua fala, a relação entre consumo, desigualdade social e mudanças climáticas. Ela conta que está:

obcecada de fazer as pessoas da favela, de trabalhar essas pessoas, quem precisa, tem menos condições né, não tem jeito. No final das contas, a gente precisa da roupa, né. É de tentar mudar essa consciência, porque as vezes o menino, ele vai para o tráfico porque ele quer uma roupa legal, então, essa coisa do brechó, que está elitizado, as pessoas acham que... É mudar essa consciência, tentar trazer. Enquanto você fala dessa coisa da conscientização né, de trabalhar a educação, de mostrar que é legal também, aí para ser legal mesmo, o que fazer... para ele achar que é realmente legal, talvez pegar essas pessoas que já estão mais famosi-nhas, e que já tem essa prática de falar, de divulgar mais, né.... pra a gente tentar fazer alguma coisa. Porque tá difícil, ontem deu um temporal aí que, morreu gente.... a natureza tá cobrando, não tem jeito, a conta, ela vai vir né... (Hidaka, 2023).

O Instituto Costurando Sonhos busca cumprir o seu papel social. Como um pequeno empreendimento, possui maior agilidade para mudanças e, por isso, apesar do menor alcance, pode realizar grandes transformações, talvez mais lentas, mas significativas, e conforme Fletcher e Grose (2011, p. 155), apresentando “modelos de negócios inéditos que, com o tempo e em conjunto com outros, influenciam a cultura dominante”. A prática de ressignificar resíduos têxteis pós-consumo e em escala, por conta da quantidade de uniformes ou materiais descartados por grandes empresas, posiciona o Instituto na vanguarda de um

movimento que articula justiça socioambiental, educando pela prática (Gutiérrez e Prado, 2013) e “ecologizando” a economia local (Gadotti, 2001). Sueli compara o modo de vida moderno com a sua infância na Ilha de Marajó, no Pará:

é uma família humilde, sabe o que a gente fazia, a gente tinha o reuso, um primo ia crescendo e ia passando para o outro. Com o tempo, hoje, claro, têm mais acesso financeiro e em relação à educação, está todo mundo se formando, foi mudando de vida, né... E acabou isso, mas tem os que melhoraram, mas tem os que continuam pobres, e não tem mais essa prática, sabe.... Eu por exemplo, tenho uma menina, eu que separo toda a roupinha dela e levo para dar pra minha sobrinha (Hidaka, 2023).

Nilde relembra a conversa que teve com sua mãe, e complementa ao relacionar a prática do reuso a um costume familiar: “no passado era assim mesmo”. Ela então detalha a rotina de sua avó, que “dependia de ir para a Lapa para costurar. A memória é finalizada com a lembrança de seu avô que usava casacos feitos por sua avó: “aqueles casacões pesados ela disse que ela que costurou todinho”, e conclui pensativa, dizendo que “são costumes antigos mesmo” (Hidaka, 2023).

Em 2025, o Instituto me convidou para facilitar cursos de *Upcycling* com teoria e prática para a equipe de costureiras. Realizamos dois encontros, sendo que em um deles contei com a colaboração da artista têxtil Thais Ribeiro Faria, devido ao grande número de participantes; e no outro, com menos pessoas, facilitei sozinha. As oficinas ocorreram na sala de costura e modelagem do próprio Instituto. Iniciei com uma aula teórica, apresentando conceitos, cenários de resíduos têxteis em São Paulo e o fluxo de roupas do Norte para o Sul global. Em seguida, mostrei exemplos históricos de roupas com reaproveitamento e finalizei com a apresentação de marcas que trabalham com *upcycling*, analisando a linguagem e a identidade visual. As participantes foram bastante engajadas, recordando peças que já haviam confeccionado ou visto em seus contextos de vida. Duas pessoas me mostraram, no Instagram, suas marcas autorais dedicadas ao *upcycling*: a “Star_starlight.”¹¹ e o “Use Upcycle”¹².

Embora as costureiras executem peças de *upcycling*, o processo criativo é geralmente desenvolvido por outras pessoas — seja por profissionais contratados para projetos específicos ou por Cida, responsável pela criação. Durante a oficina, elas tiveram liberdade para criar e demonstraram grande habilidade, produzindo de forma criativa, rápida e colaborativa, com várias peças finalizadas com excelente acabamento em apenas duas horas. Uma das participantes ficou de canto, tímida com relação ao processo criativo, nós a engajamos com outras costureiras que a chamaram para criar juntas e, ao final do curso, essa pessoa estava desfilando as roupas, tendo atuado como criadora, costureira e modelo. O ambiente foi de entusiasmo, alegria e cooperação, culminando em um desfile das produções no próprio ateliê. Na Figura 3, apresento duas das diversas produções realizadas e o processo criativo de algumas delas.

¹¹ Cf. Instagram da marca Star Light. Disponível em: https://www.instagram.com/star_starlight._ .

¹² Cf. Instagram da marca Use Upcycle. Disponível em: <https://www.instagram.com/useupcycle> .

FIGURA 3 – OFICINA DE *UPCYCLING* DE ROUPAS

Fonte: Fotos da autora (2025)

A criação com reaproveitamento de roupas sempre foi uma prática comum entre pessoas em situação de escassez material, surgida primordialmente da necessidade. O termo *upcycling*, no entanto, reposiciona essas produções no mercado, agregando-lhes novo valor simbólico e econômico. A experiência do Instituto Costurando Sonhos evidencia que a verdadeira sustentabilidade na moda vai além da gestão de resíduos, exigindo a articulação indissociável entre preservação ambiental, justiça social e autonomia financeira. Ao transformar a costura e o reaproveitamento têxtil em fonte de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade, o Instituto Costurando Sonhos constrói uma perspectiva inovadora, na qual valor ambiental e independência econômica se reforçam mutuamente. Apesar dos desafios — como os custos elevados e o tempo de produção mais longo, que contrastam com a lógica acelerada do mercado —, o Instituto mantém seu compromisso com o *upcycling* como um ato de resistência. Segue, assim, apostando na transformação gradual do sistema da moda, atuando não apenas na esfera produtiva, mas também no âmbito educativo e social, essenciais para a transição rumo a um futuro mais ético e sustentável.

Considerações Finais

O Instituto Costurando Sonhos apresenta-se um caso de como espaços de profissionalização podem operar transformações que transcendem a qualificação técnica. Sua eficácia reside na compreensão de que a inserção no mercado de trabalho de mulheres em

situação de vulnerabilidade socioeconômica é um processo complexo que envolve dimensões educacionais, técnicas, sociais, emocionais e ambientais de forma interseccionada, com um olhar cuidadoso para as mãos, mencionadas nesta pesquisa muitas vezes. A costura, ofício escolhido estrategicamente pela liderança, revela-se como um eixo catalisador: conforme a presidente do Instituto mencionou, possui rápida absorção pelo mercado, é portador de uma memória afetiva que facilita a adesão e historicamente se constitui como um saber transmitido entre mulheres, fortalecendo laços comunitários entre elas.

A atuação do Instituto articula-se em três camadas de intervenção que se entrelaçam: a capacitação técnica, que visa não apenas o domínio de um ofício, mas a elevação da autoestima e da segurança na atividade, como as costureiras mencionam, além da idealização e da construção de projetos de vida autônomos; a criação de uma rede de cuidado comunitário, que desempenha funções emancipatórias e oferece suporte psicossocial, crucial para mulheres que, conforme evidenciado nas falas, precisam conciliar o trabalho de reprodução social nos interstícios do tempo com uma vida de mulher, mãe, que é *punk*; e por fim, a proposição de um modelo de negócios alternativo, baseado no *upcycling*, que desafia ativamente as lógicas lineares e predatórias da indústria da moda.

Este modelo de negócio, baseado na “venda casada” e não na doação de resíduos, é um pilar de sua inovação como projeto social. Ele impõe uma relação de igualdade de negociação, compreendendo o processo de doação muitas vezes como descarte ou transferência de responsabilidade do lixo. Ao mesmo tempo, com este posicionamento, insere as mulheres em uma cadeia de valor de mercado que prioriza a produção alinhada à sustentabilidade por meio do reaproveitamento. No entanto, como apontado por Cida e Sueli, este caminho é cheio de contradições: o *upcycling* é “caro”, “demanda muito tempo” e esbarra na resistência de um mercado ainda afeito à lógica do novo, barato e rápido. A batalha, portanto, não é apenas econômica, mas também cultural, exigindo um “processo educacional” que, nas palavras de Sueli, vise “mudar essa consciência” tanto nos clientes quanto na própria comunidade, desfazendo o estigma em torno do reuso e conectando excesso de produção, consumo, desigualdade social e crise climática.

O Instituto, sendo assim, não é apenas um espaço de profissionalização para a costura, mas sim um lugar que possibilita maior autonomia financeira e rede de apoio às mulheres. Através de uma práxis pedagógica que valoriza os saberes prévios e a experiência de vida das mulheres, este trabalho compreende que a educação profissional é, antes de tudo, uma forma de intervenção no mundo. As mulheres do Instituto, ao ressignificarem resíduos têxteis, estão também a ressignificar suas próprias vidas, costurando não apenas roupas, mas novas possibilidades de existência: mais dignas, autônomas e projetando para a sustentabilidade. A fala de Nilde sobre sua avó costureira e a memória do reuso no passado de Sueli, mostram que a ideia é também atuar na recuperação de um saber-fazer tradicional, ecologizando a economia local e conferindo novo significado a estas práticas.

Portanto, o trabalho desempenhado pelo Instituto Costurando Sonhos pode ser considerado uma alternativa, entendida como um processo construído com lutas sociais, experiências coletivas, parcerias privadas e públicas que faz parte de processos e relações antagônicas evidenciadas nas histórias contadas pelas mulheres entrevistadas. O Instituto Costurando Sonhos não se apresenta como uma solução isolada, mas como entrelaçamentos de um ecossistema mais amplo de resistência e construção de novos paradigmas. Sua

luta por sustentabilidade socioeconômica para mulheres e ambiental, seu enfrentamento das barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho e sua insistência em um modelo de moda ética e que caminha para a sustentabilidade, posicionam-no na vanguarda de um movimento que busca, nas entranhas do sistema capitalista, patriarcal e colonialista, tecer os fios de um futuro mais justo para as mulheres e para novos modelos de negócios de moda.

Referências

BELOTTI, Elena Gianni. **Educar para a submissão**: o descondicionamento da mulher. Petrópolis: Vozes, 1987.

BUCKLEY, Cheryl. Made in Patriarchy: Toward a Feminist Analysis of Women and Design. **Design Issues**, The MIT Press, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 3–14, 1986.

CASTILHO, Luca. **Projeto Costurando Sonhos inaugura novo espaço em Paraisópolis, na zona sul de SP**. 2021. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/08/projeto-costurando-sonhos-inaugura-novo-espaco-em-paraisopolis-na-zona-sul-de-sp.shtml>. Acesso em: 20 out. 2025.

CINELÂNDIA. **Biblioteca Nacional Luso - Brasileira**, 1952. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/435978>. Acesso em: 1 maio 2025.

CULTURA UOL. **Comunidade de Paraisópolis completa 100 anos de história nesta quinta-feira (16)**, 2021. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/39616_comunidade-de-paraisopolis-completa-100-anos-de-historia-nesta-quinta-feira-16.html. Acesso em: 29 mar. 2025.

DOMINGUES, Joelza Ester. **Contrastes e nuances sociais no Brasil colônia, segundo Debret**, 2016. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/contrastes-sociais-brasil-colonia-debret/>. Acesso em: 13 maio 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 393–410.

FISHER, Berenice; TRONTO, Joan. Toward a feminist theory of caring. *In*: IN ABE, Emily K; NELSON, Margaret K (Eds). **Circles of care: work and identity in women's lives**. Albany: State University of New York Press, 1990. p. 35–62.

FLETCHER, Kate; GROSE, Lynda. **Moda & sustentabilidade: Design para mudança**. 1. ed. São Paulo: Senac, 2011.

FRASQUETE, Débora Russi; SIMILI, Ivana Guilherme. A moda e as mulheres: as práticas de costura e o trabalho feminino no Brasil nos anos 1950 e 1960. **História Educação**, v. 21, n. 53, p. 267–283, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, Moacir. Ecopedagogia e educação sustentável. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf>.

GOUVEIA, Aparecida Joly. **Professoras de amanhã: Um estudo de escolha ocupacional**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, São Paulo, p. 223–244, 1984.

GUILBERT, Madeleine; ISAMBERT-JAMATI, Viviane. A distribuição por sexo. *In*: FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. **Tratado de sociologia do trabalho**. São Paulo: Cultrix, 1973. v. 1, p. 304–322.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena; POSTHUMA, Anne. El cuidado: sus formas, relaciones y actores. Reflexiones a partir del caso de Brasil. *In*: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena (COMPS.). **El cuidado en América latina**. Buenos Aires: Fundacion Medifé edita, 2020. p. 77–117.

HIDAKA, Lucilene Mizue. **Mulheres entre costuras e resíduos têxteis: entrelaçamentos do cuidar e educar**. 2023. Dissertação (Mestrado em Têxtil e Moda) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/D.100.2023.tde-02082023-181017. Acesso em: 9 fev. 2026.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 93–100, 1994.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir**: Educação como prática de liberdade. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H; LABORIE, F; DOARÉ, H; SENOTIER, D. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Edunesp, 2009. p. 67–75.

MACEDO, Rejane Lucia Amarante de. Roda na saia: história, costura e educação de mulheres negras professora. **Revista Interinstitucional Artes de Educar** - Dossiê História das Mulheres e Educação, v. 7, n. 2, p. 965–982, 2021.

MACHADO, Leandro. “Quem a polícia defende? De que lado está?, questiona autor de foto símbolo da desigualdade do Brasil, UOL, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/12/04/triste-saber-que-ela-continuara-atual-diz-autor-de-foto-simbolo-de-paraisopolis-que-volta-a-viralizar-apos-mortes.htm>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MALERONKA, Wanda. **Fazer roupa virou moda**: Um figurino de ocupação da mulher (São Paulo 1920 -1950). São Paulo: Senac, 2007.

PERROT, Michelle. Mulheres In: PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

REDACAO CRIA. **Censo 2022 trás dados imprecisos sobre as favelas do Brasil – Paraisópolis**, 2024. Disponível em: <https://paraisopolis.org/artigo/censo-2022-tras-dados-imprecisos-sobre-as-favelas-do-brasil/>. Acesso em: 26 out. 2025.

SADER, Eder. Clubes de mães da periferia sul. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVO. Reine Pilz’s interview, 1994. Disponível em: <https://www.salvoweb.com/files/sn99sm24y94tk181119.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Do Artesanal ao Industrial**: A Exploração da Mulher - Um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 1981.

SOUZA, Gilda de Mello. **O Espírito das Roupas**: A moda do século dezenove. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio de janeiro de 2022 a junho de 2023. E ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio desde maio de 2024.